



Anais da Assembléia

140

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kietse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** – 07: Algaci Osmário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvírio Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 108.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados João Iensen e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni(42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa, Nilton Servo e Renato Adur (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 149/94

Curitiba, 24.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a anuir na doação que o Município de Maringá pretende fazer à

União Federal, do imóvel constituído de uma área situada na sede do referido Município, designada por data 7/8-A, da quadra A-10, zona Armazém, com 1.185,00 m², de frente para a Rua Demétrio Ribeiro, parte da matrícula 14.224, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Maringá, com a descrição que especifica, área essa doada pelo Estado àquela municipalidade, conforme autorização contida na Lei nº 10.793, de 23 de maio de 1994.

O plano de lei ora encaminhado, originário de solicitação a mim formulada pelo Sr. Prefeito de Maringá, através do Ofício nº 1.643/94, consulta aos superiores interesses do Estado e da coletividade, eis que visa ensejar condições para que a Justiça Federal venha construir sua sede no referido imóvel. Por outro lado, é oportuno ressaltar que o Instituto de Previdência Municipal foi instalado em outro imóvel, melhor localizado e já contendo construções adequadas, inclusive em condições de oferecer pleno atendimento aos servidores municipais.

Vale ressaltar, ainda, que no texto do anteprojeto constam dispositivos expressos no sentido de que a donatária deverá cumprir as finalidades a que se destina o referenciado imóvel, assim como o prazo estabelecido para sua utilização, sob pena de automática reversão ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na doação que o Município de Maringá pretende fazer à União Federal, do imóvel constituído de uma área situada na sede do referido Município, designada por data 7/8-A, da quadra A-10, zona Armazém, com área de 1.185,00 m², de frente para a Rua Demétrio Ribeiro, parte da matrícula 14.224, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Maringá, com a seguinte descrição: Com a data 7/8 (Remanescente) no rumo NO 89°43' SE numa distância de 39,50 metros; com parte da data 06 no rumo SO 0°17' NE numa distância de 30,00 metros; com a data 01-A e 01 da quadra 51-A/9 zona 01 no rumo NO 89°43' SE numa distância de 39,50 metros; e finalmente com a Rua Demétrio Ribeiro no rumo SO 0°17' NE numa distância de 30,00 metros, área essa doada pelo Estado àquela municipalidade, conforme autorização contida na Lei nº 10.793, de 23 de maio de

1994.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior deverá ser utilizado pela União Federal exclusivamente para instalação da sede da Justiça Federal no Município de Maringá, no prazo máximo de 02 (dois) anos, a contar da escrituração da doação, ficando, ainda, tal imóvel, gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de reversão automática ao Patrimônio Estadual, caso não sejam cumpridas as condições estabelecidas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 150/94

Curitiba, 24.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Prudentópolis, o imóvel constituído pela área de 437,00 m², situado na confrontação da Avenida São João, onde mede 19,00 m, com a Rua Prefeito Affonso Ditzel, onde mede 23,00 m, parte de área maior, registrada sob nº 7.954, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

O plano de lei em referência, inspirado em manifestações formuladas pelo nobre Deputado Antonio Toti Colaço Vaz, consulta aos superiores interesses da Administração, eis que o aludido imóvel não está sendo utilizado pelo Estado, nem há previsão para sua ocupação por órgãos públicos estaduais. Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Prudentópolis dele necessita para instalar unidades de sua administração, conforme expediente a mim dirigido pelo Sr. Prefeito Municipal, protocolado sob nº 1.913.913-1/94-SPI.

Vale ressaltar, ainda, que no texto do anteprojeto constam dispositivos expressos no sentido de que a donatária deverá cumprir as finalidades a que se destina o referenciado imóvel, assim como o prazo estabelecido para sua utilização, sob pena de automática reversão ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Prudentópolis, o imóvel constituído pela área de 437,00 m², sito na confrontação da Avenida São João, onde mede 19,00 m, com a Rua Prefeito Affonso Ditzel (antiga Rua Tiradentes), onde mede 23,00 m, parte de área maior, registrada na Transcrição nº 7.954, do Livro 3-C, fls. 226, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º, desta lei, será utilizado pelo Município de Prudentópolis para instalar exclusivamente unidades municipais, no prazo máximo de 01 (ano) a contar da escrituração da doação, ficando, ainda, tal imóvel, gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de reversão automática ao patrimônio estadual, caso sejam descumpridas quaisquer das condições estabelecidas neste artigo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 151/94

Curitiba, 24.11.94

Senhor Presidente.

Em conformidade com o disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação de 58 (cinquenta e oito) cargos de provimento efetivo, no Quadro Geral do Estado, para serem utilizados pelo Educandário São Francisco, conforme especifica o anexo integrante da presente proposição.

A medida ora encaminhada consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que visa suprir a defasagem de pessoal existente naquela Instituição.

Cabe esclarecer que o Educandário São Francisco, unidade da FASPAR, atende atualmente a 180 adolescentes com determinação judicial de medida de privação de liberdade, sendo que o objetivo do trabalho educativo junto aos internos é de possibilitar uma vivência capaz de prepará-lo para a reintegração social em busca de sua cidadania. Para tanto, a Unidade desenvolve programas de ensino supletivo, iniciação profissional, atividades esportivas, culturais, de lazer e de acompanhamento psico-social. Ocorre, porém, que o cumprimento integral de tais atividades vem sendo prejudicado pela defasagem e rotatividade de pessoal, tendo em vista que seu quadro funcional é composto, em grande parte, por contratos temporários, o que

não permite a constituição de uma equipe estável e duradoura, fato que, logicamente, limita o vínculo com os menores assistidos, comprometendo significativamente, desta forma, a qualidade do trabalho desenvolvido.

Com a criação dos cargos aqui propostos a aludida Instituição ficará dotada dos recursos humanos compatíveis, que lhe proporcionarão as necessárias condições ao pleno desempenho de suas atividades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados na parte permanente do Quadro Geral do Estado, os cargos de provimento efetivo relacionados no Anexo desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO DE QUE TRATA O ART. 1º

GRUPO OCUPACIONAL - PROFISSIONAL

DENOMINAÇÃO	SGOC	QTDE	PADRÃO
Psicólogo	XP12	03	1
Técnico em Programas Educacionais	TP42	02	1
Orientador Disciplina Específica	TP27	05	1

GRUPO OCUPACIONAL - INTERMEDIÁRIO

DENOMINAÇÃO	SGOC	QTDE	PADRÃO
Técnico de Agropecuária	TQ66	01	H
Educador Social	TM07	47	G

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº 1111/94, do Senhor Luciano Branco Lacerda - Procurador-Geral de Justiça em exercício, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1º de dezembro de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1112/94, do Senhor Luciano Branco Lacerda - Procurador-Geral de Jus-

tiça em exercício, encaminhando anteprojeto de lei que visa ajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, Órgão da Administração Superior do Ministério Público, a partir de 1º de dezembro de 1994. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº DTL/SAT/273/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 035/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs DTL/SAT/274, 275, 276, 277, 278, 279, 280 e 281/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

186/94: De autoria do Deputado Durval Amaral que autoriza o Poder Executivo a doar os terrenos que especifica, ao Município de Santo Inácio, localizados naquele município, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.931. **Anote-se - Arquite-se.**

218/94: De autoria da Deputada Emilia Belinati que, declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, com sede e foro na Cidade de Curitiba, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.932. **Anote-se - Arquite-se.**

224/94: De autoria do Deputado Paulo Maia que, declara de Utilidade Pública o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.933. **Anote-se - Arquite-se.**

240/94: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paula, com sede e foro na Cidade de Ibaiti, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.934. **Anote-se - Arquite-se.**

281/94: De autoria do Deputado Arlindo Troian que, declara de Utilidade Pública o Instituto de Promoção Humana do Paraná - IPROHPAR, com sede e foro na Cidade de Apucarana - Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.935. **Anote-se - Arquite-se.**

624/93: De autoria dos Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério que, declaram de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro de Ouro Verde, com sede e foro no Município de Sengés, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.936. **Anote-se - Arquite-se.**

709/93: De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa que, declara de Utilidade Pública a Comunidade Felisberto, com sede e foro no Município de Curiúva, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.937. **Anote-se - Arquive-se.**

745/93: De autoria do Deputado Elio Lino Rusch que, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Arlindo Alberto Lamb, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.938. **Anote-se - Arquive-se.**

Indicação:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Os Líderes das Bancadas, abaixo assinado, vem pelo presente indicar os Deputados de sua respectiva Bancada, para comporem a Comissão Especial de Reforma à Constituição, referentes as Proposições nºs 26/94, 90/94 e 102/94.

PMDB - Durval Amaral
PP - Costenaro Neto
PFL - Elio Rusch
PTB - Nelson Justus
PDT - Algaci Túlio

Sala das Sessões, em 29.11.94.

(aa) RENATO ADUR

Líder do PMDB

ORLANDO PESSUTI

Líder do PP, PFL e PDT

ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 272/94 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 29.11.94.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o adiamento da discussão e votação do Projeto de Resolução nº 23/94 por vinte (20) sessões.

Sala das Sessões, em 29.11.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Ple-

nário, a retirada do Projeto de Lei nº 099/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, item 14 (quatorze), da Ordem do Dia de hoje por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 29.11.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja retirado por 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei nº 272/94.

Sala das Sessões, em 29.11.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 406/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Evangelística "Os Atalaias de Cristo" - SEAC, com sede e foro na Cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 29.11.94.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Evangelística "Os Atalaias de Cristo" - SEAC, é uma sociedade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro no Município de Mauá da Serra, Estado do Paraná.

Foi instituída em 08 de janeiro de 1990, no Distrito de Mauá da Serra, hoje município. Promove atendimento, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político, tendo por objetivos os que seguem:

- Instituir e implantar sistemas capazes de assegurar atendimento a seus assistidos;

- Instituir e desenvolver sistemas de serviços assistenciais, cooperativos, educacionais, culturais e religiosos, inclusive através de celebração de convênios e contratos com organismos públicos e privados, e,

- Representar os interesses gerais de seus assistidos ou individual dos associados perante as autoridades.

Para atingir seus objetivos a entidade contará com o apoio do poder público, na atividade privada.

Exposto isto e considerando que a entidade em pauta vem cumprindo com o objetivo para o qual foi constituído, nada

mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o Parlamentar com o apoio de seus Pares com assentamento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 407/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mamborê, com sede e foro no Município de Mamborê - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei vem de encontro aos anseios de toda a população do Município de Mamborê, uma vez que a referida Associação, vem, já desde 30 de agosto de 1993 prestando um excelente trabalho em prol de sua comunidade excepcional, incentivando a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Procura também, promover meios para o desenvolvimento de atividades extra-curriculares, como colônia de férias, clubes, jardinagens e demais afazeres, bem como estipular o trabalho do excepcional por meio de exposições em cooperativas, oficinas protegidas, integrando o jovem excepcional à sua comunidade.

E por tratar-se de matéria de interesse de toda a comunidade, é que contamos com a colaboração dos nobres Pares a aprovação do Projeto de Lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 408/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Moradores do Jardim Boa Vista, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Jardim Boa Vista, inscrita no C.G.C. sob nº 78.461.647/0001-08, com registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Rio Branco do Sul, tendo sua sede no Município de Almirante Tamandaré, é uma enti-

dade com finalidade filantrópica, tendo desenvolvido um trabalho em atendimento conforme comprova o relatório de atividades anexo ao presente.

De acordo com o Art. 7º dos Estatutos Sociais, os cargos resultantes da eleição, bem como os executivos da Associação, não serão remunerados.

Analisando o trabalho da entidade, achamos justo seu reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passaremos ao Horário das Lideranças: PSDB, PL, PTB, PFL, PP, PT, PDT, Liderança do PMDB.

(Todos declinaram).

Com a palavra o Senhor Deputado José Tavares, na Liderança do Governo.

Antes porém, a pedido do Deputado Duílio Genari, anunciamos a presença do Senhor Odair Macario, Vereador de Toledo; Jovino Canavezi, Vereador de Toledo; Jaime Luiz Run, Líder Comunitário de Novo Sarandi, Carlos Spiez, Novo Sarandi e Valdir Helt, também de Novo Sarandi.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas.

Ontem comuniquei à Casa que faríamos realizar no Plenarinho uma reunião, um encontro com as Lideranças do funcionalismo estadual para discutirmos a mensagem de reajuste e de correção de algumas categorias que o Governo encaminha a esta Casa.

E hoje pretendo fazer aqui, rapidamente, um relato daquele encontro. Primeiramente dizer que houve um comparecimento expressivo de Lideranças do funcionalismo. Todos os que quiseram, democraticamente e livremente, colocarem as suas idéias e o seu pensamento a respeito da mensagem. Foi uma reunião tranqüila, serena, aonde todos os representantes colocaram ali as suas idéias, expressaram os seus sentimentos com relação a política de pessoal, em relação ao funcionalismo do Estado e mais especificamente no que diz respeito a mensagem que nós temos que aprofundar aqui na Casa a discussão e em seguida submetermos a mensagem a votação.

Impressionaram-me algumas colocações. Causaram em mim a melhor das impressões as colocações que a maioria, quase que a unanimidade das representações fizeram. Impressionou-me também sobremaneira as colocações que o representante do Secretário da Administração Diretor do Departamento de Recursos Humanos, Dr. Wanderley, fez no momento.

E finalmente, gostaria de dizer aos nobres colegas que esta mensagem, se ela

não é o ideal e sabemos que não é, ela é o que é possível se fazer neste momento. Nenhuma das entidades representativas do funcionalismo, ontem no Plenarinho, defendeu a linearidade, aumento linear. A maioria quase que a unanimidade defendeu a aprovação da mensagem e se possível corrigir um pouco mais os índices de 7 e 9%. Sete para o quadro geral e 9 para o magistério. E estamos considerando isto. Já passei esta informação ao Secretário de Administração, vamos ter um encontro amanhã com o Secretário da Fazenda, juntamente com o da administração para analisarmos um impacto financeiro de uma melhoria nesses índices.

Mas o mais importante que se cabe trazer à Casa, aos Nobres colegas, é que quase que a unanimidade, ou praticamente a unanimidade dos presentes, defendeu a manutenção da Mensagem porque entende que ela corrige injustiças, distorções, ela recoloca algumas categorias no seu devido lugar e, significa um grande avanço rumo ao plano de cargos e salários que esta Casa, se Deus quiser, haverá de discutir e votar ainda esse ano, segundo estou sendo informado pelo próprio Governador.

Portanto, foi um encontro altamente produtivo, um encontro altamente positivo, e evidentemente o que presidiu aquele encontro foram, no meu entendimento, três princípios básicos que os representantes do funcionalismo analisaram e refletiram com responsabilidade: primeiro é o fator tempo. Não temos muito tempo mais para votarmos, discutirmos matérias de relevância ou não aqui na Casa.

Temos que ser realistas, tradicionalmente esta Casa tem trabalhado no mês de dezembro até o dia 23, o Brasil para depois do dia 23 até o dia 1º, é uma realidade que não temos como ignorar.

Portanto, se a Assembléia ordinariamente, ou extraordinariamente, porque segundo estou sendo informado pelo Governador talvez ele tenha que convocá-la, ela vai funcionar no máximo até o dia 30 de dezembro; e aí temos a véspera de Natal e o pós Natal, temos domingos e sábados.

Portanto, poucos são os dias de efetivo exercício de atividades parlamentares que nós temos para analisar, não apenas esta Mensagem, mas mais de uma dezena de Mensagens da maior importância para o Estado do Paraná. Então, o fator tempo pesou muito.

Segundo aspecto: o limite constitucional de 65%. Do jeito que a emenda, que a Mensagem propõe nós já chegamos a pouco mais de 64% de comprometimento com a folha de pessoal. Portanto, muito pouco a base de aumento linear de 7 e 9% respectivamente para o quadro geral e para o magistério.

Terceiro: é a questão do caixa do Tesouro que estamos também procurando esgotar ao máximo e ver de forma definitiva o que é que o Governo pode desembolsar para corrigir um pouco mais, se possível, esses índices lineares.

Portanto, Sr. Presidente, me parece que as coisas caminham muito bem em relação a esta matéria. E eu queria fazer esse relato aos nobres colegas porque interessa a todos nós, todos fomos procurados, ninguém quer que o funcionalismo ganhe mal e tenha reajustes humilhantes, ou insignificantes. Mas nós que estamos hoje episodicamente, momentaneamente no Governo, eu como líder e o Governador Mário Pereira como Chefe do Poder Executivo, não podemos de maneira alguma agirmos de forma irresponsável, prometermos um aumento que o caixa do Estado não possa honrar, darmos um aumento que o Tesouro do Estado não possa pagar e, nem corrigirmos todas as distorções históricas existentes na política de pessoal do Estado do Paraná.

Lembrava-me ontem e reafirmo aqui: tenho quase 30 anos, se somados os acervos, de serviço público no Estado, e há 30 anos que estou ouvindo falar em Plano de Cargo e Salário, mas a primeira vez - Deputado Toti Colaço - que estou vendo este discurso, concreta e objetivamente, este discurso se tornar realidade agora com a postura e a posição firme e decidida do Governador Mário Pereira de encaminhar à Casa o Plano de Cargos e Salários. O Secretário Gilberto Glüber me assegurou que na próxima semana este Plano estará nas mãos do Governador Mário Pereira e imediatamente será encaminhado a todas as entidades representativas do funcionalismo, para discussão, antes de ser remetido a esta Casa.

Agora tudo dentro de um fator que denomino aqui fator tempo, e levando-se em consideração os mais altos e elevados interesses do funcionalismo, como um todo. Não podemos perder a noção do tempo para votarmos, depois de 30 anos de promessas um Plano que vem recolocar no seus devidos lugares as funções, os cargos e as pessoas que os ocupam, neste momento o funcionalismo do Paraná.

Portanto, nobres colegas, acho que estamos vivendo um momento ímpar nesta Casa, nós vamos ter a oportunidade, ainda neste nosso Mandato, de darmos a nossa contribuição objetiva e efetiva para, em parceria com o Governo do Estado, observando os preceitos constitucionais e a possibilidade de Caixa do Tesouro de dar uma grande contribuição, um grande e significativo salto na correção destas distorções.

Por isso, ao concluir quero cumprimentar as entidades que compareceram ontem a reunião, todas, pela postura responsável

pelas colocações feitas. Eu diria pela alta demonstração de grandeza e de compreensão do momento e do esforço que o Governador Mário Pereira está fazendo, e dizer que com um funcionalismo representado por entidades como aquelas que pude ver ontem, aqui no Paraná, a tendência será sempre contar com os Deputados desta Casa, com este Poder, no aprimoramento da política salarial, deste Estado.

Eram estas as informações, Sr. Presidente, nobres colegas que eu gostaria de passar à Casa para mantê-los devidamente informados com o objetivo de votarmos esta Mensagem, dentro do curto espaço de tempo que temos esta Mensagem e na sequência o Plano de Cargos e Salários, o maior sonho e a maior reivindicação do funcionalismo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, constato na Ordem do Dia de hoje, que o Projeto da Usina de Tijuco Alto, item nº 08, consta mais uma vez da Ordem do Dia quando ontem ela foi retirada por 20 Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não foi retirada na Sessão de ontem porque quando da Votação do requerimento do Deputado João Iensen de inversão da Pauta da Ordem do Dia requereu-se Verificação e Votação e a Sessão interrompeu-se naquele momento.

Portanto a Ordem do Dia de hoje mantém todos os Projetos na mesma fase de Discussão que se encontravam no dia de ontem mais os novos Projetos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Senhores Deputados Renato Adur, Orlando Pessuti e Erondy Silvério, na qualidade de Líderes do PMDB, PP, PFL, PTB e PDT, respectivamente, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para comporem a Comissão Especial de Reforma à Constituição. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 272/94 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Prejudicado.**

O SR. PAULO MAIA - Solicito verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 27 (vinte e sete) Senhores Deputados responderam à chamada.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 03

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/94, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraí do Sul, o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.ª DISCUSSÃO. **Encerrada a discussão.**

ITEM 05

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos ex-Moradores do Vale do Ivaí - AEMVI. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 06

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar nas Escolas da Rede Pública, o Gabinete de Orientação Vocacional. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. e C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de nº 01, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 335/94

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

O Projeto de Lei nº 335/94, que autoriza o Poder Executivo a criar nas Escolas

da Rede Pública o Gabinete de Orientação Vocacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - É obrigatória a prestação, nas escolas de 2º grau da Rede Oficial de Ensino, de serviço de Orientação Vocacional aos estudantes regularmente matriculados.

Art. 2º - a função definida no artigo anterior será desenvolvida por profissional formado em curso superior de Pedagogia, habilitado em Orientação Educacional.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar, por decreto, a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 29.11.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Louva-se a iniciativa do Deputado Anibal Khury em propor a criação de Gabinetes de Orientação Vocacional nas escolas da rede oficial de ensino.

Parece-nos, entretanto, necessário proceder algumas alterações na proposta, a fim de contribuir para sua consecução e, principalmente, livrar-lhe de aspectos inconstitucionais.

Entendemos assim, que a presente emenda supra essas necessidades.

Encerrada a discussão. O projeto retorna à C.C.J., com sua discussão encerrada.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 116/94, que objetiva criar, na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, cargos de provimento efetivo, para serem utilizados pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, com vistas a suprir necessidades emergenciais de pessoal em sua Sede e nas Faculdades de Guarapuava e Irati. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/94, de autoria da Comissão Executiva, que aprova a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVEL DA C.E.M.A..

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário, sendo uma Emenda Aditiva de Ple-

nário de nº 01 e outra Emenda de Plenário de nº 02, de autoria dos Senhores Deputados Colombino Grassano e Toti Colaço, respectivamente, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/94

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Acrescente-se artigo ao Projeto original do teor seguinte:

"Art. ... - A concessionária do aproveitamento da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, instalando indústrias que utilizem matéria-prima da região, fica obrigada a construí-las em território dos municípios paranaenses."

Sala das Sessões, em 29.11.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamto: Algaci Túlio, Paulo Maia, Mário Bezerra, Rossoni e Doutor Rosinha.

JUSTIFICATIVA:

O Decreto Federal nº 96.746, de 21.09.88, outorgou a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, a concessão por 30 (trinta) anos para o aproveitamento da energia hidráulica do Rio Ribeira do Iguaçu.

O aproveitamento energético referido é de uso exclusivo da concessionária, vale dizer que servirá para seu complexo industrial, obedecidas as regras fixadas na Lei Estadual do Meio Ambiente.

Os defensores do presente projeto mantêm-se dentro da tese do "desenvolvimento sustentado do Vale do Ribeira" com a industrialização da região.

A maneira de assegurar "a reposição da matéria-prima utilizada mediante manejo sustentado do recurso e reflorestamento" é dado na lei de meio ambiente, mas há silêncio no que se refere onde circula a riqueza.

Por essa razão a presente emenda.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 1º - ...

"Art. 2º - Fica determinado que a sede da empresa contratada para a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, seja no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Todas as empresas que vierem a ser constituídas ou terceirizadas, em função da construção da Usina, tenham sua sede em território paranaense."

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.94.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamto: Djalma de Almeida César, Severino Félix, José Tavares, Alceu Swarowski,

Caíto Quintana.

Encerrada a discussão e retorna o projeto à C.C.J. para apreciação das emendas.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, só um esclarecimento, se for possível.

Ontem, o Deputado Anibal Khury - depois de fazer um brilhante pronunciamento, depois de fazer uma retrospectiva histórica da Região - culminou com um posicionamento - que louvamos - de retirada por vinte (20) sessões desta matéria.

Indago a Vossa Excelência como fica aquele requerimento que apoiamos, endossamos, louvamos e aplaudimos, do Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, por não ter sido apreciado na sessão de ontem, não foi, evidentemente, reapresentado na sessão de hoje, existindo com o autor do requerimento - Deputado Anibal Khury - o entendimento que, havendo as emendas, o projeto retorna à C.C.J. e só voltará à Ordem do Dia mediante um entendimento com as lideranças, já que havia um entendimento para ser adiada a sua discussão.

Então, só retornará após um novo entendimento.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Iracema do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. nº 110 de 16.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 407/93

P A R E C E R:

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Esta dual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - de Iracema do Oeste.

Analisando o projeto de lei em epígrafe, pela documentação acostada ao processo, verifica-se estar adequado ao preceituado pela Lei nº 6.994, de 10.01.78.

Com efeito, trata-se de entidade sem fins lucrativos, sua diretoria não é remunerada e funciona como entidade filantrópica.

Isto posto, não encontramos qualquer óbice quanto a sua normal tramitação até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 08.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede Título de Cidadão Benemérito ao Senhor José Fernando Macedo. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. nº 130, de 27.09.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 538/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por objetivo conceder Título de Cidadania Benemérita ao Senhor José Fernando Macedo.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 707/93, de autoria do Deputado Duílio Genari, que altera o artigo 2º da Lei Complementar nº 56 de 18 de fevereiro de 1991. (Criação de municípios). PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. nº 169, de 30.11.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTARES

NºS 707/93 E 493/91

P A R E C E R:

As proposições em epígrafe, por tratarem da mesma matéria são analisadas conjuntamente, conforme diligência requisitada em 14 de dezembro último. Dispõem, pois, de alterações às leis complementares nºs 56 e 57 de 1991, sendo que a 493/91 de autoria do Deputado Nelson Justus chega a revogá-las.

Analisadas, minuciosamente, chegamos a conclusão que ambas estão em condições de serem aprovadas, desde que na forma do substitutivo em anexo, pelos seguintes motivos:

O projeto de lei nº 707/93 está incompleto face as normas regimentais desta Casa de Leis, em ambos ante as normas técnicas, e constitucionais concernentes a moralidade e interesse público, além de

não disciplinarem sobre o pleno atendimento às necessidades da população.

Todavia, cumpre ressaltar que ambas as iniciativas são positivas, sendo muito aproveitadas no substitutivo, apenas são complementadas com o escopo de eliminar as falhas existentes, acompanhar as necessidades da população e o desenvolvimento sócio-econômico.

Sala das Comissões, em 26.04.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

(O Substitutivo Geral aos Projetos de Lei Complementares sob n.ºs 707/93 e 493/91 foi publicado no D.A. n.º 136/94 de 22.11.94)

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 707/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo alterar o artigo 1.º, da Lei Complementar n.º 56, de 18 de fevereiro de 1991.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça na forma de Emenda Substitutiva, no âmbito da Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a presente proposição em sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.94

(a) TOTI COLAÇO - Presidente
EDSON SILVA LINO - Relator

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 760/93, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro na Cidade de Rolândia. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n.º 177 de 13.12.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 760/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Eurides Moura, o Projeto de Lei em análise objetiva declarar de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro na Cidade de Rolândia.

Considerando ter a entidade apresentado os documentos exigidos na Lei Estadual n.º 6.994/78, somos de parecer favorável a sua aprovação.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o mencionado projeto de lei nada possui que obste sua normal tramitação e posterior aprovação por parte deste Poder

Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 010/94, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Ortigueira. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n.º 04, de 17.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 010/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei n.º 010/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ortigueira - com sede e foro no Município de Ortigueira, Estado do Paraná.

Da análise do referido projeto, requeremos diligência junto ao autor para que o mesmo sane a exigência do inciso IV, do art. 1.º, da Lei n.º 6.994/78.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 15

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 182/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Amoreira - ADECONAM, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n.º 64, de 24.05.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 182/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Amoreira, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 16

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Lar da Fraternidade, com sede e foro na Cidade de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 75, de 13.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 209/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Lar da Fraternidade, com sede e foro na Cidade de Palotina.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 17

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/94, de autoria do Deputado Lourenço

Fregonese, que torna obrigatória a apresentação do Certificado de Garantia Estadual, fornecido pela Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná - AREMOPAR, nas licitações públicas realizadas pelo Governo do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 77, de 15.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 225/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, tem por objetivo tornar obrigatória a apresentação do Certificado de Garantia Estadual, fornecido pela Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná, nas licitações públicas realizadas pelo Governo do Estado do Paraná.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do projeto, também por julgá-lo de méritos indiscutíveis, ao regular matéria de suma importância para o nosso Estado.

É o parecer.

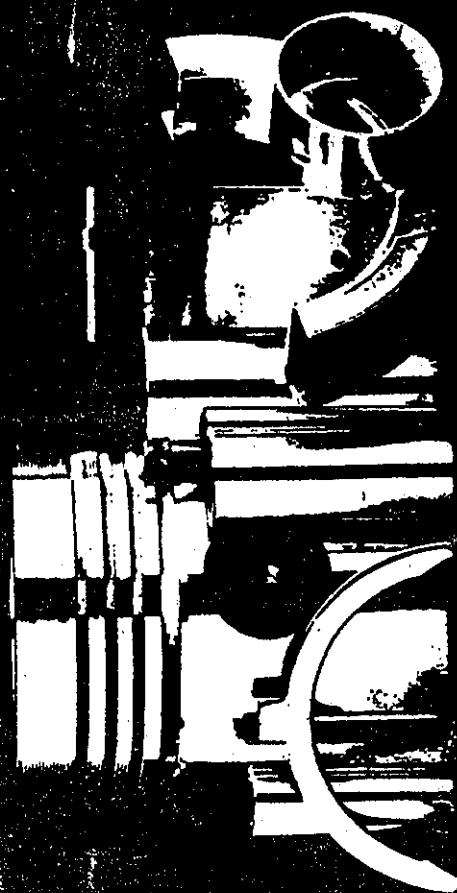
Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente e Relator

Tecnologia e Qualidade

METAL LEVE



CERTIFICADO DE GARANTIA

 **A REMOPAR**
ASSOCIAÇÃO DAS RETIFICAS DE MOTORES DO ESTADO DO PARANÁ

CARACTERÍSTICAS DIMENSIONAIS DO MOTOR

Nº DE SÉRIE _____

MODELO _____

BLOCO - CILINDRO _____

CILINDRO COMPRESSOR _____

COLO BIELA COMPRESSOR _____

VIRABREQUIM - COLOS DE BIELAS _____

COLOS DE MANCAIS _____

COMANDO - COLOS CENTRAIS _____

<p>CLIENTE</p>	<p>CERTIFICADO N°</p>
<p>N° de Série</p>	<p>Início da Garantia</p>
<p>Declaro que recebi o motor em perfeitas condições de estado e funcionamento, e tomei conhecimento dos TERMOS DE GARANTIA, referente a O.S. n°</p>	
<p>Assinatura Recibo do Cliente</p>	<p>FOLHA 01 - Signatária</p>

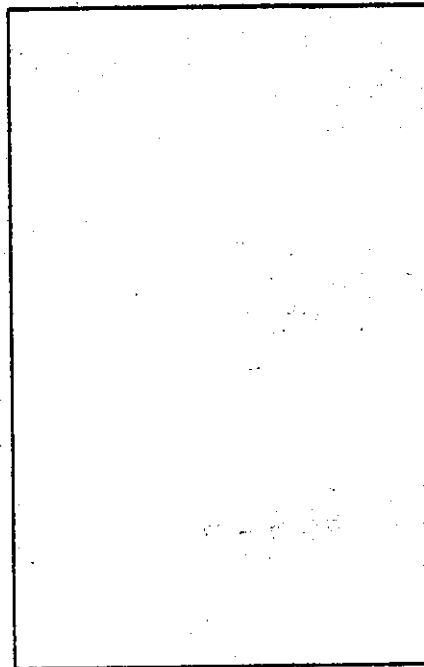
CLIENTE

CERTIFICADO N°

N° de Série

Início da Garantia

Carimbo de Identificação da SIGNATÁRIA



FOLHA 02 - FIXA

SERVIÇO EM GARANTIA GRATUITO

A ser utilizado durante o período de validade da garantia entre 30 e 40 dias após o termo inicial ou aos 5.000 km.

Veículo de _____

Modelo _____

Nº de Série _____

Entregue em (Início da Garantia) _____

As operações constantes do presente talão foram efetuadas gratuitamente em _____ por _____ Km/hora: _____

Ass. do Cliente _____

FOLHA 03

SERVIÇO EM GARANTIA

Etetuada em _____ Km/hora: _____

SERVIÇO DA 2.^a REVISÃO

A ser utilizado durante o período de validade da garantia entre _____ e _____ dias após o termo inicial ou aos _____ km.

Veículo de _____

Modelo _____

N.º de Série _____

Entregue em (Início da Garantia) _____

As operações constantes do presente talão foram efetuadas gratuitamente em _____

Km/hora: _____ por _____

Ass. do Cliente _____

FOLHA 04

SERVIÇO EM GARANTIA

_____ Km/hora: _____ Efetuada em _____

CERTIFICADO DE GARANTIA

I - DISPOSIÇÕES GERAIS:

- I.1 - todos os motores reconicionados e inteiramente montados pela signatária, são garantidos na forma aqui estabelecida;
- I.2 - as peças e componentes utilizados pela signatária e reconhecidos por esta como defeituosa ou deficiente, serão substituídos ou reparados, conforme o caso, mediante reclamação e prévia comprovação do defeito ou deficiência;
- I.3 - as peças defeituosas ou deficientes substituídas serão de propriedade da signatária;
- I.4 - são igualmente garantidos os reparos de falhas provenientes de defeitos de montagem do motor;
- I.5 - todas as peças substituídas e todos os serviços executados em garantia serão gratuitos, exceto os que não tiverem sido aplicados na montagem do motor, quando de seu recondicionamento.

II - PRAZO DA GARANTIA:

- II.1 - o prazo começa a contar da data de entrega do motor;
- II.2 - para motores VEICULARES o prazo de garantia é de 6 meses ou 20.000 km, prevalecendo o que primeiro ocorrer;
- II.3 - para motores INDUSTRIAIS, AGRÍCOLAS E MARÍTIMOS o prazo de garantia é de 800 horas ou 6 meses, prevalecendo o que primeiro ocorrer.

III - EXCLUSÃO:

- III.1 - não estão abrangidos pelo presente Certificado de Garantia:
 - a) as peças com desgastes normais, que exijam substituição por ocasião da revisão gratuita;
 - b) o socorro em estradas, reboque, estacionamento do veículo e as despesas legais de seguros;
 - c) as despesas com lubrificantes, óleo e combustíveis;
 - d) filtros de qualquer espécie;
 - e) limpeza do sistema de combustível;
 - f) limpeza do sistema de arrefecimento;
 - g) as regulagens e ajustes consequentes do uso ou desgastes normais das peças;
 - h) as despesas de manutenção preventivas;
 - i) as despesas provenientes de avarias consequentes do uso inadequado do motor.

IV - EXTINÇÃO:

- A presente garantia será considerada extinta, se:
- a) o motor for utilizado em desacordo com as especificações e recomendações do fabricante ou em condições anormais de uso;
 - b) o motor for reparado ou desmontado, mesmo parcialmente, por técnicos não

autorizados pela signatária;

- c) forem alterados os pontos de regulação da bomba injetora e sincronização do motor;
- d) não for efetuada a revisão obrigatória e gratuita, prevista nesta garantia;
- e) não forem respeitadas as condições de efetivação previstas nesta garantia;

f) não forem respeitadas as condições obrigatórias previstas nesta garantia.

V - OPERAÇÕES OBRIGATORIAS DE COLOCAÇÃO DO MOTOR NO CHASSI:

- a) limpeza completa da colméia do radiador;
- b) limpeza completa do sistema de filtros;
- c) revisão geral (recomendamos substituição) das mangueiras e bracadelas do sistema de arrefecimento e do filtro de ar.

VI - CONDIÇÕES DE EFETIVAÇÃO:

- 1º - que a reclamação seja feita diretamente à signatária logo após a constatação do defeito;
- 2º - que os defeitos não sejam resultantes do desgaste natural do produto, utilização inadequada, prolongado desuso, corrosão, acidentes de qualquer natureza, caso fortuito ou força maior;
- 3º - que os pagamentos estejam em dia.

VII - DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 1 - a presente garantia substitui qualquer outra, impressa ou implícita, anteriormente conferida;
- 2 - a signatária reserva-se o direito de modificar as especificações ou introduzir aperfeiçoamento em seus produtos e/ou serviços, em qualquer época, sem obrigação de estendê-las a produtos ou serviços anteriormente executados ou fornecidos;
- 3 - eventuais atrasos na execução da garantia conferida por este certificado, não autorizam sua prorrogação nem dão direito a qualquer espécie de ressarcimento, compensação ou indenização.

(localidade)

SIGNATÁRIA
(carimbo e assinatura)

Curitiba, quarta-feira, 25 de maio de 1994

Retífica de motores vai ser discutida em Curitiba

O setor de retífica é a maior indústria de transformação de motores do Brasil, onde conta com 2.000 empresas especializadas, 200 das quais no Paraná, todas de considerável porte. O serviço prestado por essas empresas é de boa qualidade, mas, nosso objetivo é melhorá-lo ainda mais." A afirmação é do presidente da Associação dos Retificadores de Motores do Paraná (Aremopar).

Karl Udo Heinrichs, que está ultimando preparativos para a realização do III Encontro de Retificadores do Mercosul (Retimerco), nos dias 10 e 11 de junho próximo, no Salão de Atos do Parque Barigui, em Curitiba.

Esse conclave será desenvolvido paralelamente à IV Feira da Indústria de Componentes e Veículos Automotores - Automotiva'94, evento que será aberto no dia 11/junho, no Centro de Exposições de Curitiba - Parque Barigui e que contará com estande da Aremopar. "Nossa ideia, que consideramos de muita importância para as empresas de retífica de motores e para o setor fabricante de máquinas para retificas", diz Udo Heinrichs, "está sendo realizado um trabalho de troca de informação sobre o que é a Aremopar e o que faz."

Discorrendo sobre o Retimerco, diz o empresário que, com o evento, a Aremopar objetiva encontrar fórmulas que levem ao melhor atendimento dos clientes das empresas de retífica, buscando melhor qualidade e aperfeiçoamento, além da troca de experiência entre empresários e técnicos de todo o Brasil e Argentina. "Queremos", acrescenta Udo Heinrichs, "implantar sistema de fornecimento de certificado de qualidade às empresas de retífica que se enquadrem no que prevê a ISO 9000, destacando-as por seus bons serviços. É preciso que se ressalte que, a Aremopar conta com técnicos mais bem treinados, no setor de retífica de motores, do que as próprias concessionárias de veículos. No entanto, queremos especializar mais ainda as pessoas que prestam serviços na área."

PANELA CHEIA

De acordo com o presidente da Aremopar, atualmente existe retração no mercado de retífica de motores. No entanto, o Paraná conta com cerca de 6.000 motores de tratores agrícolas que serão retificados, havendo capacidade de que o programa "Panela Cheia", do governo estadual, propicie esse serviço. Esse programa prevê financiamento a agricultores para retífica de motores de tratores, com pagamento em milho. Nesse sentido foi firmado acordo entre a Aremopar e a Carteira de Crédito Rural e Agroindustrial do Banestado, estabelecendo financiamento máximo equivalente a 800 sacas de milho preço Sepa, para pagamento em 2 anos, com carência de 6 meses. A questão é tratada com muito carinho pela Aremopar, que vê no programa uma sensível contribuição para a diminuição da capacidade ociosa das empresas de retífica do Paraná.

Por outro lado, lembrando que a Aremopar quer que os Detrans dos estados voltem a exigir o número de fabricação dos motores dos veículos, a fim de dificultar mais o roubo e desmanche dos mesmos, Karl Udo Heinrichs destaca duas palestras técnicas do Encontro, justamente as que tratam do "Programa de Incentivo à Retífica" e do "Programa Bom Emprego". De Argentina, virá o presidente da Associação dos Retificadores, que falará sobre o tema "Argentina ontem e hoje", ou seja, antes e depois da dolarização.

BOM SERVIÇO

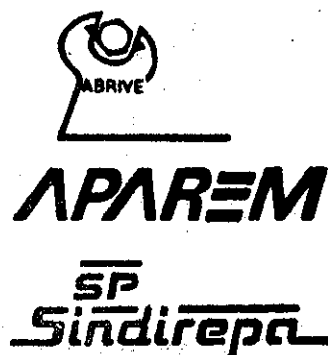
"Em se tratando de retífica de motores", acrescenta Udo Heinrichs, "os serviços executados pelas empresas brasileiras, que contam com equipamento importado, não deixam muito a desejar se comparados com o que é feito no exterior." Finalizando, adianta o presidente da Aremopar que, mais de 100 empresários, de todo o país e de países do Mercosul, estarão presentes ao III Retimerco, que será aberto às 8h30min do dia 10 de junho próximo.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
FÓRUM NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO

NORMA DE EXECUÇÃO DE RETÍFICA DE MOTORES NBR 13032

REALIZAÇÃO CONJUNTA



APOIO :



**NORMA DE EXECUÇÃO
DE
RETÍFICA DE MOTORES
NBR 13032**

**REALIZAÇÃO CONJUNTA
SEBRAE / SINDIREPA / APAREM**

AGRADECIMENTO

A aprovação e publicação da presente norma representa um marco para o setor de retífica de motores, pois trata-se do primeiro trabalho a nível mundial com estas características. A sua elaboração só foi possível graças a dedicação de um grupo de retificadores, fabricantes de auto-peças, fabricantes de motores e associações citados na no verso, que sob a presidência do Engº Luiz Carlos Boscolo, dedicaram durante 3 anos o seu tempo em reuniões e debates que seguindo os trâmites da A.B.N.T. - Associação Brasileira de Normas Técnicas - a qual é o Fórum Nacional de Normalização, chegaram à um consenso.

A todos o nosso agradecimento e a certeza de que esta comissão continuará trabalhando no sentido de fazer modificações a fim de adequar a presente norma aos desenvolvimentos tecnológicos, bem como criar outras normas importantes para o setor.

**GERALDO LUIZ SANTO MAURO
A P A R E M**



**ABNT-Associação
Brasileira de
Normas Técnicas**

Sede:
Rio de Janeiro
Av. Treze de Maio, 13 - 26º andar
CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (021) 210-3122
Telex: (021) 34333 ABNT - BR
Endereço Telegráfico:
NORMATECNICA

Copyright © 1990,
ABNT-Associação Brasileira
de Normas Técnicas
Printed in Brazil/
Impresso no Brasil
Todos os direitos reservados

SET 1993

NBR 13032

Execução de retífica de motores

Procedimento

Origem: Projeto 05:002.10-001/1993

CB-05 - Comitê Brasileiro de Automóveis, Caminhões, Tratores, Veículos Similares e Autopeças

CE-05:002.10 - Comissão de Estudo de Retífica e Conversão de Motores

NBR 13032 - Engine rebuilders - Procedure

Descriptors: Internal combustion engine. Engine

Válida a partir de 01.11.1993

Palavras-chave: Motor alternativo de combustão interna. Motor

7 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documento complementar
- 3 Definições
- 4 Condições gerais
- 5 Condições específicas
- 6 Inspeção

1 Objetivo

1.1 Esta Norma fixa as condições exigíveis para execução de retífica completa de motores alternativos de combustão interna, bem como dos seus componentes individuais, a partir das características e aplicações do motor.

1.2 Esta Norma não se aplica a motores de aeronaves.

2 Documento complementar

Na aplicação desta Norma é necessário consultar:

NBR 6047 - Veículos rodoviários automotores -
Motores - Terminologia

3 Definições

Os termos técnicos utilizados nesta Norma estão definidos em 3.1 e 3.3 e na NBR 6047.

3.1 Retífica

Processo de recuperação que estabelece as características de funcionalidade e durabilidade de componentes e/ou conjunto.

3.2 Motor básico

Motor que recebe serviço de retífica completa, sendo constituído pelos componentes a seguir:

- a) bloco;
- b) virabrequim;
- c) pistão;
- d) anel;
- e) bronzina de mancal;
- f) bronzina de biela;
- g) polia;
- h) biela;
- i) comando de válvulas;
- j) tampa de válvulas;
- k) eixo intermediário;
- l) junta;
- m) chaveta;
- n) cárter;
- o) volante;

COMISSÃO DE ESTUDO DE RETIFICA DE MOTORES

ABRIVE	Geraldo Luiz Santo Mauro
A.E.A	Mar. Aurélio N. Fonseca
ALBARUS	Júlio Leite Cardoso
A.B.C.	Jorge Nicola Cimatti
AUTO MOTOR VIDRO	Zauri Candeo
AGULHAS NEGRAS	Osvaldo Mendes da Costa
BOSCOLO	Luiz Carlos Boscolo
CB-5	Torquato Celso Carvalho
COFAP	Aquiles Pisanelli / Carlos A. Kutscha
BRASMOTOR	José Lopes Perez
ECLIPSE	Waldenir Soarez Santilli
ENGEDIESEL	Pedro Marcos Zago
INDECO	Paulo R.G. Ferreira
M.M. AUTO MOTOR	Milton Simões
MAHLE	José Gelencyr Jr.
MAXION	Lourival Sabino
METAL LEVE	Mario Fernandes Rezende Jr.
M W M	Ricardo Del Bianco
ROBERT BOSCH	Bruno G. Barthel
SABÓ	Cláudio A. Ferreira
SINDIREPA-MG	José Alves da Luz / José Jacob Tonucci
SINDIREPA-PE	Antonio de Pádua Santos
SINDIREPA-SP	Luiz Sérgio Alvarenga
SINDIREPA-RJ	Nicolau Carapetcov
THOMEU	Antonio Carlos Ferreira
TUITI	Enio Furian
VOLVO	Luiz A. Neumann

- p) retentor;
- q) distribuição;
- r) bomba de água;
- s) bomba de óleo;
- t) cabeçote completo;
- u) tucho;
- v) bucha;
- x) velas de ignição.

3.3 Motor retificado completo

Motor básico alternativo de combustão interna usado que, após sofrer desgaste ou avaria, foi desmontado, usado e remontado conforme especificações técnicas, a fim de retomar as propriedades definidas, atingindo condições de desempenho e durabilidade equivalentes às do motor novo.

4 Condições gerais

4.1 Recebimento do motor

Ao receber o motor ou partes dele, deve ser adotado o seguinte procedimento:

- a) identificação;
- b) inspeção visual;
- c) anotação em ficha de controle das condições e existência dos componentes externos.

4.2 Desmontagem

A desmontagem é feita com ferramentas, dispositivos e equipamentos adequados, para que as peças não venham a ser danificadas. Analisar e conferir adequadamente cada peça e componente.

Nota: Efetuar a limpeza preliminar, retirando o excesso de impurezas para facilitar a operação de desmontagem e conferência das peças.

4.3 Lavagem

A lavagem das peças de um motor desmontado deve obedecer a cuidadoso critério. Deve ser dada especial atenção a galerias de óleo, câmaras de água e outros pontos de difícil acesso existentes em algumas peças. Após a lavagem, as peças devem estar livres de qualquer impureza, facilitando a inspeção.

4.4 Medição e inspeção

Através de minuciosa inspeção visual, isto é, de rigoroso controle dimensional dos componentes do motor, descritos em 4.4.1 a 4.4.10, de acordo com as especificações técnicas, determinam-se com segurança quais peças podem ser reutilizadas sem necessidade de recuperação,

quais necessitam de retificação e quais devem ser obrigatoriamente substituídas.

4.4.1 Bloco

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar prisioneiros e roscas;
- b) inspecionar trincas;
- c) ensaiar estanqueidade;
- d) inspecionar diâmetro, ovalização e conicidade dos cilindros;
- e) inspecionar planicidade;
- f) conferir diâmetro e alinhamento dos mancais principais;
- g) inspecionar diâmetros dos alojamentos e/ou das buchas e do eixo-comando;
- h) inspecionar diâmetros das buchas e do eixo intermediário;
- i) inspecionar alojamento dos tuchos;
- j) inspecionar altura em relação à face usinada do bloco;
- k) inspecionar alojamento do colarinho da camisa e sua altura em relação à superfície.

Notas: a) A seção 4.4.1-j) refere-se a bloco com camisa seca.

b) A seção 4.4.1-k) refere-se a bloco com camisa molhada.

4.4.2 Eixo de manivelas

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar trincas;
- b) inspecionar roscas;
- c) inspecionar rasgo da chaveta;
- d) inspecionar alojamento, do eixo-piloto;
- e) inspecionar pista dos retentores;
- f) inspecionar pista das gaxetas;
- g) inspecionar canais de lubrificação;
- h) inspecionar flange do volante;
- i) inspecionar empenamento;
- j) inspecionar diâmetro e ovalização dos colos principais;
- k) inspecionar diâmetro e ovalização dos colos de biela;
- l) inspecionar lateral do encosto axial;

m) inspecionar dureza.

4.4.3 Comando de válvulas e eixo intermediário

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar trincas;
- b) inspecionar rasgo da chaveta;
- c) inspecionar rosca;
- d) inspecionar pista do retentor;
- e) inspecionar desgaste e ovalização dos colos;
- f) inspecionar empenamento;
- g) inspecionar engrenagens de acionamento;
- h) inspecionar estado dos cames;
- i) inspecionar dureza.

4.4.4 Cabeçote

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar trincas;
- b) inspecionar planicidade da superfície;
- c) inspecionar estanqueidade;
- d) inspecionar guia de válvulas;
- e) inspecionar sede de válvulas e sua altura em relação à superfície;
- f) inspecionar anticâmaras;
- g) inspecionar roscas;
- h) inspecionar mancais do eixo-comando de válvulas;
- i) inspecionar volume da câmara de combustão;
- j) inspecionar alojamento dos tuchos.

4.4.5 Subconjuntos

4.4.5.1 Válvulas

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar hastes;
- b) inspecionar canaletas da chaveta;
- c) inspecionar assento;
- d) inspecionar pé da válvula;
- e) inspecionar chavetas.

4.4.5.2 Molas

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar carga;
- b) inspecionar altura.

4.4.5.3 Balancins

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar superfícies de contato;
- b) inspecionar eixos;
- c) inspecionar varetas;
- d) inspecionar buchas.

4.4.5.4 Tuchos

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar superfície de contato;
- b) inspecionar diâmetros.

Nota: A inspeção da superfície dos tuchos é comparativa com tuchos novos.

4.4.6 Bielas

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar visualmente a capa;
- b) inspecionar pinos de guia;
- c) inspecionar roscas;
- d) inspecionar parafusos e porcas;
- e) inspecionar torção e paralelismo dos alojamentos;
- f) inspecionar medidas e ovalização do alojamento da bronzina;
- g) inspecionar medidas dos alojamentos do pé da biela;
- h) inspecionar distância entre os centros dos alojamentos;
- i) controlar peso.

Nota: O peso deve ser controlado de acordo com a classe de tolerância para o jogo.

4.4.7 Volante

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar assento do disco;
- b) inspecionar cremalheira;
- c) inspecionar diâmetro dos furos passantes para fixação.

4.4.8 Bomba de óleo, bomba de água, válvula de alívio de pressão

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar trincas;
- b) inspecionar desgaste;
- c) inspecionar estanqueidade;
- d) inspecionar pressão;
- e) inspecionar vazão.

4.4.9 Compressor de ar (quando incorporado ao motor)

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar diâmetro, ovalização e conicidade dos cilindros;
- b) inspecionar biela, conforme 4.4.6-a) a 4.4.6-h);
- c) inspecionar planicidade do cabeçote e trincas;
- d) inspecionar válvulas.

4.4.10 Pólia antivibratória

Proceder conforme a seguir:

- a) inspecionar trincas;
- b) inspecionar excentricidade;
- c) inspecionar pista do retentor;
- d) inspecionar diâmetro do furo;
- e) inspecionar rasgo de chaveta;
- f) inspecionar alojamento(s) da(s) correia(s).

5 Condições específicas**5.1 Processo de retificação**

Para efeito deste Capítulo, os resultados encontrados em 4.4.1 a 4.4.10 determinam o serviço de retificação que deve ser executado em cada item descrito em 5.1.1 a 5.1.10.

5.1.1 Bloco

Proceder conforme a seguir:

- a) substituir prisioneiros (rosca);
- b) repetir 4.4.1-c);
- c) retificar e brunir cilindros, repetir 4.4.1-d);
- d) plainar e retificar face superior do bloco, repetir 4.4.1-e);
- e) mandrilhar mancais principais, repetir 4.4.1-f);
- f) substituir e mandrilhar buchas do eixo-comando de válvulas, repetir 4.4.1-g);

g) substituir e mandrilhar buchas do eixo intermediário, repetir 4.4.1-h);

h) recuperar alojamento dos tuchos, repetir 4.4.1-i);

i) encamisar, retificar e brunir, repetir 4.4.1-d), 4.4.1-e) e 4.4.1-j);

j) usinar alojamento do colarinho, repetir 4.4.1-k).

Notas: a) A seção 5.1.1-f) refere-se a bloco com camisa seca.

b) A seção 5.1.1-j) refere-se a bloco com camisa molhada.

c) No ciclo Diesel, as camisas devem ser sempre substituídas por novas.

5.1.2 Eixo de manivelas

Proceder conforme a seguir:

- a) recuperar rasgo de chaveta, repetir 4.4.2-c);
- b) alinhar, repetir 4.4.2-i);
- c) retificar e polir colos principais, repetir 4.4.2-j);
- d) retificar e polir colos de biela, repetir 4.4.2-k);
- e) escariar furos de óleo;
- f) realizar balanceamento dinâmico;
- g) repetir 4.4.2-m).

Nota: Em 5.1.2-c) e 5.1.2-d), devem-se respeitar os raios de concordância.

5.1.3 Comando de válvulas e eixo intermediário

Proceder conforme a seguir:

- a) recuperar rasgo de chaveta, repetir 4.4.3-b);
- b) alinhar, repetir 4.4.3-f);
- c) retificar colos, repetir 4.4.3-a);
- d) retificar cames, mantendo o perfil, dureza e altura mínima para a correta regulação de válvulas.

5.1.4 Cabeçote

Proceder conforme a seguir:

- a) plainar superfície, repetir 4.4.4-b);
- b) repetir 4.4.4-c);
- c) usinar ou substituir guias de válvulas, obedecendo às características de concentricidade e perpendicularidade entre sede e guia, repetir 4.4.4-c) e 4.4.4-d);
- d) usinar ou substituir sedes de válvulas, repetir 4.4.4-e);
- e) montar válvulas e repetir ensaio de estanqueidade.

5.1.5 Subconjuntos**5.1.5.1 Válvulas**

Proceder conforme a seguir:

- a) retificar assento;
- b) retificar pé da válvula;
- c) repetir 4.4.5.1-a), 4.4.5.1-c) e 4.4.5.1-d).

5.1.5.2 Molas

Substituir as molas.

5.1.5.3 Balancins

Proceder conforme a seguir:

- a) retificar superfície de contato;
- b) polir;
- c) substituir buchas.

5.1.5.4 Tuchos

Após realizar o estabelecido em 4.4.5.4, diante da necessidade, recomenda-se trocar os tuchos.

5.1.6 Bielas

Proceder conforme a seguir:

- a) alinhar, repetir 4.4.6-e);
- b) rebaixar capas de biela;
- c) retificar alojamento da bronzina, repetir 4.4.6-f);
- d) retificar alojamento do pé de biela para sobremedida;
- e) colocar bucha do pé de biela;
- f) mandrilhar, repetir 4.4.6-g);
- g) escarear furo de óleo;
- h) repetir 4.4.6-h).

Nota: O peso deve ser controlado de acordo com a classe de tolerância do jogo.

5.1.7 Volante

Proceder conforme a seguir:

- a) retificar, se necessário, assento fixo do disco;
- b) substituir cremalheira;
- c) recuperar furos passantes ou substituí-los.

Nota: Balancear o volante após execução de qualquer uma das alíneas anteriormente citadas.

5.1.8 Bomba de óleo, bomba de água e válvula de alívio de pressão

Seendo constatadas trincas, substituir estas peças.

Nota: No caso de 4.4.8-b) a 4.4.8-e), substituir os reparos e repetir os ensaios.

5.1.9 Compressor de ar (quando incorporado ao motor)

Proceder conforme a seguir:

- a) retificar e brunir cilindros e repetir 4.4.9-a);
- b) idem à seção 5.1.6;
- c) idem à seção 5.1.4-a) e 5.1.4-b);
- d) substituir reparos.

5.1.10 Polia antivibratória

Substituir a polia antivibratória, se necessário.

5.2 Pré-montagem

São alguns critérios fundamentais que devem ser realizados e considerados antes e depois da montagem.

5.2.1 Limpeza das peças

Todas as peças novas e usinadas devem estar lavadas e limpas.

5.2.2 Compatibilidade entre pistão/cilindro

Verificar a compatibilidade entre pistão/cilindro e respeitar as tolerâncias do fabricante.

5.3 Selos e bujões de vedação

Substituir todos os selos e bujões de vedação por peças novas.

5.4 Juntas

Todas as juntas devem ser substituídas por peças novas para realizar a montagem.

5.5 Válvula termostática

Ensaar o funcionamento (temperatura de abertura e fechamento); a válvula termostática deve ser substituída, caso necessário.

5.6 Velas de ignição

Devem ser substituídas por outras novas para montagem final.

5.7 Montagem do motor básico**5.7.1 Montagem das camisas**

Proceder conforme a seguir:

- a) montar as camisas no bloco (no caso de camisas removíveis);

b) repetir 4.4.1-d), 4.4.1-e) e 4.4.1-f).

5.7.2 Montagem dos pistões e pinos

Proceder conforme a seguir:

a) utilizar pistões e pinos novos e montá-los nas bielas;

b) observar o referencial de montagem.

5.7.3 Montagem de anéis

Montar anéis novos nos pistões, através de equipamento adequado.

5.7.4 Montagem do eixo de manivelas

Proceder conforme a seguir:

a) colocar bronzinas novas;

b) ajustar e medir folga axial;

c) verificar folga radial;

d) montar o eixo de manivelas no bloco;

e) apertar parafusos das capas de mancais até o torque e/ou graus especializados;

f) montar conjunto anel/pistão/biela;

g) observar posição de montagem e medir folga axial da biela;

h) montar compensador de massa, de acordo com a recomendação do fabricante do bloco;

i) conferir tolerância do pistão no ponto morto superior em relação à face usinada do bloco ou camisa.

5.7.5 Montagem do comando de válvulas e eixo intermediário

Proceder conforme a seguir:

a) montar comando de válvulas;

b) montar eixo intermediário;

c) verificar folgas radial/axial;

d) montar engrenagens intermediárias ou de distribuição.

5.7.6 Montagem dos tuchos

Montar tuchos e vareta de válvulas.

Nota: Esta seção refere-se a motores com comando no bloco.

5.7.7 Montagem do cabeçote

Proceder conforme a seguir:

a) montar cabeçote em separado;

b) instalar cabeçote montado no bloco;

c) fixar cabeçote ao bloco;

d) obedecer a torque e/ou graus e sequência de aperto;

e) regular válvulas.

5.7.8 Montagem de componentes (pertencentes ao motor básico)

Proceder conforme a seguir:

a) montar bomba de água;

b) montar bomba de óleo;

c) montar válvula de alívio;

d) montar cárter;

e) montar volante;

f) montar tampa de válvula;

g) montar distribuição;

h) montar polias;

i) montar válvula termostática;

j) montar velas de ignição.

6 Inspeção

6.1 Montagem para ensaio

Todos os agregados do motor que se seguem devem ser montados para que o ensaio possa ser iniciado:

a) montar bomba injetora;

b) montar tubos de alta pressão;

c) montar motor de partida;

d) montar bomba de combustível;

e) montar distribuidor;

f) montar alternador;

g) montar carburador;

h) montar conjunto porta-injetor;

i) montar turboalimentador;

j) montar injeção.

Notas: a) As seções 6.1-a) e 6.1-h) referem-se a motores ciclo Diesel.

b) A seção 6.1-i) refere-se a motores turboalimentados.

c) Todas as alíneas de 6.1 devem estar em condições de funcionamento, para que se atinja o desempenho ideal para ensaio.

6.2 Ensaio

Para início de ensaio, o motor deve ser abastecido com óleo lubrificante especificado para ele, como também devem ser utilizados líquido de arrefecimento e combustível especificado; após isto, deve-se verificar o seguinte:

- a) pressão do sistema de lubrificação, corrigir se necessário;
- b) vazamentos de qualquer natureza, corrigir se necessário;
- c) ruídos anormais, corrigir se necessário;
- d) vibração irregular, corrigir se necessário;
- e) temperatura do sistema de arrefecimento, corrigir se necessário.

Notas: a) O motor deve estar com rotação superior à de marcha lenta, para que se verifiquem as alíneas de 6.2.

b) Recomenda-se a verificação destas alíneas com aplicação de carga em dinamômetro.

6.3 Inspeção final

Após o ensaio, conforme especificações do motor, deve-se realizar o seguinte:

- a) reapertar elementos de fixação, quando especificado;
- b) verificar folga de válvulas de admissão e escape;
- c) verificar tensão da correia de sincronismo (quando existente).

Nota: Nos motores não destinados ao uso imediato, aplicar produtos conservantes especificados ao motor e proteger todas as aberturas.

ITEM 18

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 243/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Grupo Espírita Fraternidade, com sede e foro na Cidade de Toledo. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 82, de 22.06.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 243/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Duílio Genari, o projeto de lei em análise objetiva declarar de Utilidade Pública o Grupo Espírita Fraternidade, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Considerando ter a entidade apresentado os documentos exigidos pela Lei Estadual n° 6.994/78, somos de parecer favorável a sua aprovação.

Procedendo a análise objetiva do projeto de lei em tela, constatamos inexistir qualquer óbice de natureza regimental, legal e constitucional, estando, portanto, em condições de ser submetido à apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 19

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 269/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 91, de 01.08.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 269/94

Autor: Deputado Toti Colaço

P A R E C E R:

O presente plano de lei, em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública o CIS-COMCAM - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão.

Os documentos acostados comprovam, que a CIS-COMCAM, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1°, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 20

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 271/94, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Almirante Tamandaré. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N° 271/94
A Aseembília Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Almirante Tamandaré, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Almirante Tamandaré, entidade civil sem fins lucrativos, foi fundada em 08 de julho de 1949, e possui seu foro e sede no Município de Almirante Tamandaré, Região Metropolitana do Estado do Paraná. Sua finalidade é a de proteger e dar assistência aos idosos, à maternidade e à infância em geral, zelando pelas necessidades básicas das pessoas carentes.

Além da proteção, existe a função de recreação e educação de crianças cujas mães trabalham fora do lar, através da instalação de unidades creches.

Pelo trabalho que vem desempenhando junto a Comunidade de Almirante Tamandaré, a entidade, objeto do plano de lei em epígrafe, merece a acolhida do Estado do Paraná, declarando-se a mesma de muita Utilidade Pública.

A entidade está de parabéns, pois muito urgem-se providências, como as tomadas por este exemplo de Associação Civil, em prol dos mais desavisados, carentes desprovidos.

Neste sentido, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, ao projeto de lei que ora apresentamos, por se tratar de matéria justa e meritória.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 271/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APMI, de Almirante Tamandaré.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 21

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 297/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Emaus de Vila Izabel, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 98, de 16.08.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 297/94

Autor: Deputado Carlos Simões

P A R E C E R:

Propôs o autor que seja declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Beneficente Emaus de Vila Izabel", com sede e foro na Cidade de Curitiba, conforme especifica.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Diante do exposto, a matéria está em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 22

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 337/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 114/94, que objetiva dar nova redação aos dispositivos das Leis n°s 6.774 de 08/01/86 e 7.047 de 21/11/78 com suas posteriores alterações conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e S.P.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 118, de 10.10.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 337/94

P A R E C E R:

SÚMULA: Objetiva dar nova redação aos dispositivos das Leis n°s 6.774 de 08/01/86, e n° 7.047 de 21/11/78 com suas posteriores alterações conforme especifica.

A Mensagem em tela, de n° 114/94, oriunda do Poder Executivo Estadual, merece parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regi-

mentais, opinamos favoravelmente.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 25.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 337/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dar nova redação aos dispositivos das Leis n°s 6.774 e 7.047, com suas posteriores alterações.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e levando em conta o alcance que a matéria trará em benefício de Corpo de Bombeiros do Estado, com a reestruturação prevista no projeto de lei em tela, esta Comissão de Segurança Pública dá, também, o seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ALGACI TÓLIO - Presidente e Relator

ITEM 23

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 340/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera o artigo da Lei n° 6017, de 15 de outubro de 1969. (Declara de Utilidade Pública a Associação do Colégio Nossa Senhora de Sion). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 120 de 17.10.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 340/94

AUTOR: DEPUTADO CARLOS SIMÕES

P A R E C E R:

Propôs o autor que seja alterado o Artigo 1° da Lei n° 6017, de 15 de outubro de 1969, declarando de Utilidade Pública a "Associação do Colégio Nossa Senhora de Sion", com sede e foro na Cidade de Curitiba, conforme especifica.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 24

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 344/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 118/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Jacarezinho, o imóvel situado na Rua Marciano de Bar-

ros, s/nº, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 121 de 18.10.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 344/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 118/94, o Projeto de Lei nº 344/94 tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Jacarezinho, o imóvel situado na Rua Marciano de Barros s/nº, conforme especifica.

Da análise do referido projeto em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 22.11.94
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 344/94

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão, oriundo da Mensagem Governamental nº 118/94, o Projeto de Lei supra marginado, que visa autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Jacarezinho, o imóvel situado a Rua Marciano de Barros s/nº, conforme especifica a referida Mensagem.

Tendo sido submetido à análise da doutra Comissão de Constituição e Justiça, o referido Projeto de Lei recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o mesmo não apresenta qualquer óbice, visto cumprir todas as formalidades legais.

Opinamos, portanto, favoravelmente ao presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.94
(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/94, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação KOALA - Proteção Animal, com sede e foro em União da Vitória. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 122 de 19.10.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 350/94

AUTORIA: DEPUTADO VALDIR ROSSONI

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de nº 350/94, de autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni, objetiva declarar de Utilida-

de Pública a Associação KOALA - Proteção Animal, com sede no Município de União da Vitória.

Analisado sob o prisma da Lei nº 6994, de 10.01.78, a proposta atende os requisitos exigidos e portanto somos de emitir parecer favorável, aprovando a sua continuidade de tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Bonito. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 125 de 25.10.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 356/94
AUTOR: DEPUTADO RENATO ADUR

Propôs o autor que seja declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Bonito", com sede e foro no Município de Campo Bonito.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Lobato. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 127 de 27.10.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 363/94
AUTORIA: DEPUTADO DURVAL AMARAL

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 363/94, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Lobato.

Analisando sob o prisma da Lei nº 6994, de 10.01.78, a proposta atende satisfatoriamente os requisitos ali exigidos e para tanto somos de emitir parecer favorável, ao projeto aprovando a sua tramitação em Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 28

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública o Grupographia - Criação e Edição, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 129, de 07.11.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 373/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, objetiva declarar de Utilidade Pública o Grupographia - Criação e Edição, conforme específica.

Conforme justificativa anexa à matéria: "Trata-se de um grupo de abnegados paranaenses que vem dispendendo esforços que se apresentam sob o aspecto cultural à primeira vista, mas que contribuem, inquestionavelmente, para o desenvolvimento sócio-econômico como um todo, na medida em que é patente o liame que estreita o nível cultural de um povo com a sua situação humana", está mencionado projeto de lei devidamente embasado.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, estando, portanto, em condições de transitar nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifesto meu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

(aa) Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 29

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Nova Tebas. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 129, de 07.11.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 375/94

De autoria do Deputado Arlindo Troian

SÔMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Nova Tebas.

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, pela documentação acostada ao processo, verifica-se estar adequado ao precei-

tuado pela Lei nº 6.994, de 10.01.78.

Com efeito, trata-se de entidade sem fins lucrativos, sua diretoria não é remunerada conforme preceitua o Parágrafo Único do Art. 4º, de seu Estatuto, e funciona como entidade filantrópica.

Isto posto, não encontramos qualquer óbice quanto a sua normal tramitação, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 30

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Sarandi. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 129, de 07.11.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 376/94

Autor: Deputado Arlindo Troian

SÔMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Sarandi - PR.

P A R E C E R:

O presente plano de lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Sarandi - Paraná.

Os documentos acostados comprovam, que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Sarandi, é uma sociedade sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo o artigo 1º, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 31

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Traba-

lhador Rural, de Ivaiporã - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 129, de 07.11.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 377/94

Autoria: Deputado Orlando Pessuti

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 377/94, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, objetiva declarar de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural, de Ivaiporã.

Analisado sob os aspectos legal, constitucional e regimental, o mesmo se encontra em condições para tramitar dentro desta Casa de Leis.

Portanto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 32

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 015/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que altera o art. 1°, quanto ao nome do município de Resolução n° 006/92 de 26 de março de 1992, que autoriza a realização de plebiscito para criação do município que passa a denominar-se Jacutinga do Ivaí desmembrado do Município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão (Publ. no D.A. n° 81, de 21.06.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 015/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Edson Silva Lino, o Projeto de Resolução n° 015/94, que altera o Art. 1° quanto ao nome do município, da Resolução n° 006/92 de 26 de março de 1992, que autoriza a realização de plebiscito para criação do município que passa a denominar-se "Jacutinga do Ivaí", desmembrado do Município de Ivaiporã.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 33

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 048/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ.

no D.A. n° 126, de 26.10.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 048/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Resolução n° 048/94, tem por finalidade autorizar a realização do plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 08.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 049/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Porto Novo, a ser desmembrado do Município de Adrianópolis, com limites e confrontações conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 128 de 03.11.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 049/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Resolução n° 049/94, tem por finalidade autorizar a realização do plebiscito no Distrito de Porto Novo, a ser desmembrado do Município de Adrianópolis, com limites e confrontações conforme específica.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 08.11.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 35

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 050/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Tupinambá, a ser desmembrado do Município de Astorga-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 129 de 07.11.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 050/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Resolução n° 050/94, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito do Distrito de Tupinambá, a ser

desmembrado do Município de Astorga.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 22.11.94

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

O SR. EDSON SILVA LINO (Pela Ordem) - Quer registrar a presença do Deputado Federal José Janine e do Prefeito de Rosário do Ivaí, Carlos Roberto Roziak.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registradas as presenças.

O entendimento das Lideranças e da Mesa Executiva: item nº 4, 2ª discussão do Projeto de Lei nº 272/94, que autoriza a transferência de imóvel ao Ministério Público, a Presidência encerra a 2ª discussão, assegurando a votação do requerimento do Deputado Florisvaldo Fier (e de outros Parlamentares) de retirada da Ordem do Dia na Sessão de amanhã.

O projeto retornará em 2ª votação, ressalvada a votação do requerimento para retirada da Ordem do Dia.

O Plenário decidirá.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 077/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao Ministério Público do Estado, o imóvel situado nesta Capital, no Bairro Mercês, de propriedade do atual Instituto Ambiental do Paraná - IAP. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C. Encerrada a discussão.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, que veda a instauração de Sindicância Policial ou procedimento similar como preliminar de Inquérito Policial no âmbito da Polícia do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E CONTRÁRIO DA S.P.. Encerrada discussão. (Publ. no D.A. nº 30 de 9.03.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 099/94

AUTORES: DEPUTADOS RENATO ADUR E

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

P A R E C E R:

O presente projeto de lei merece guarnição.

Sua justificativa vem em forma de denúncia, assim formulada:

"Entretanto, de forma astuciosa, procura-se justificar a prática ilegal de não

instaurar formalmente o inquérito policial substituindo-o pelas chamadas "sindicâncias" como investigação prévia ou preliminar à abertura do necessário inquérito.

Temos pois que "os organismos policiais" têm se utilizado da figura da "investigação preliminar" usada para verificação da infringência de norma legal ou regulamentar, que serve de base à instauração da sindicância prevista no art. 241, da Lei Complementar nº 14/1982 (Estatuto da Polícia Civil do Estado), para retardar a apuração de infração penal cometida por policiais civis.

Com efeito os arts. 5º e 6º do Código de Processo Penal estabelecem:

Art. 5º - "Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:

I - de ofício;

II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

§ 1º - O requerimento a que se refere o nº II conterá sempre que possível:

a) a narração do fato, com todas as circunstâncias;

b) a individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de o fazer;

c) a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.

§ 2º - Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

§ 3º - Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

§ 4º - O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

§ 5º - Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

Art. 6º - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I - se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e conservação das coisas, enquanto necessário;

II - apreender os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato;

III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV - ouvir o ofendido;

V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste livro, devendo o respectivo termo ser assinado por 2 (duas) testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias;

VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

A investigação preliminar que se inicia de ofício ou por determinação do Delegado Geral da Polícia Civil, busca a sindicância estatutária, que vise apurar fato constitutivo de transgressão disciplinar, nada tendo com aqueles atos praticados por policiais civis que constituam infrações à legislação penal.

Não resta dúvida que é revoltante a cumplicidade e a complacência das autoridades com o estado endêmico de violência policial e de desrespeito dos direitos da cidadania."

Na espécie, é preciso se fazer notar que ao menos, os ilustres subscritores do Projeto Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, mostram na área Governamental uma reação pronta que visa punir todos os policiais que se envolvam em delitos.

Veja-se que, válida a acusação, são os preceitos básicos do direito ignorados com tamanha frequência e desfaçatez que exigem projetos desta natureza.

Há muito os países civilizados reconhecem que cabe a Justiça definir qual a punição que os criminosos devem sofrer pelos seus atos e não este ou aquele indivíduo, esta ou aquela organização.

Mesmo porque, ao violarem a lei, policiais sejam estes ou aqueles, corrompem a instituição da polícia e igualam em violência e barbarismo à marginalidade que devem combater.

Somos pela legalidade e constitucionalidade da presente proposição.

Sala das Sessões, em 12.04.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

P A R E C E R:

Designa-me o Senhor Presidente da Co-

missão de Segurança Pública para oferecer parecer ao Projeto de Lei nº 099/94 de autoria do ilustre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que veda a instauração de sindicância policial e procedimentos similares como preliminar de inquérito policial.

É matéria de interesse desta comissão, pelo que a relato.

Ouvida a Secretaria de Estado da Segurança Pública, esta manifestou-se, nos termos do Ofício nº 849/93 - GS, de 08/10/93, contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº 099/94, por ser competência exclusiva da União promover eventuais alterações no âmbito do Direito Processual Penal, contrapondo-se, portanto a proposição em tela com preceito constitucional específico.

É sábio, ainda, alertar para a importância da sindicância como preliminar no inquérito policial, a fim de preservar os cidadãos de bem da má-fé de terceiros.

Destarte, considerando a manifestação da douta Comissão de Constituição e Justiça deste Poder sobre a matéria, as razões supramencionadas e o pronunciamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, opinamos CONTRARIAMENTE à aprovação do Projeto de Lei nº 099/94, por este Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.94.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

1.ª Discussão do Projeto de Lei nº 099/94 - Também tem requerimento solicitando o adiamento de votação. A Presidência encerra a primeira discussão e assegura o direito à votação ao requerimento apresentado pelo Deputado José Tavares.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, nós temos constatado que nas sessões marcadas para quintas-feiras, pela manhã, via de regra, nós não temos quórum e evidentemente isto tem pegado mal perante a opinião pública, perante a imprensa; o fato de se marcar sessões quintas-feiras pela manhã e elas não acontecerem ou aparecerem meia dúzia, oito ou dez parlamentares.

Faço uma proposta Senhor Presidente: já que a maioria dos parlamentares são do interior e precisam retornar às suas bases, por que não fazemos essa reunião de quinta-feira na quarta-feira, após a Sessão Ordinária das 14:30 ou no horário noturno, para evitarmos essa situação de virmos aqui às quintas-feiras. Eu, por exemplo, abandono o meu programa de rádio, venho feito louco pelas ruas até a Assembléia para chegar no horário aqui, chego e não tem sessão. Então eu gostaria de fazer a proposta a V.Exa. e aos demais

parlamentares para nós utilizarmos mais, além do normal, das 14:30, uma à tarde ou, então, no horário noturno.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência irá discutir ainda, no dia de hoje, com as lideranças partidárias e se for esse o entendimento das lideranças, nós, amanhã, anunciaremos qual será o resultado do horário da Sessão.

Esta Presidência dentro das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Assembléia Legislativa e ouvindo as Lideranças e tendo se manifestado apenas a Liderança do PMDB, na pessoa do Deputado Renato Adur e do PTB, Deputado Erondy Silvério, constitui a Comissão Especial de Reforma à Constituição para que possam apreciar as proposições números 26/94; 90/94 e 102/94. Ficando, portanto, constituída a Comissão Especial de reforma à Constituição com os seguintes Parlamentares:

PMDB - Durval Amaral; PP - Antônio Costenaro Neto; PFL - Élio Lino Rusch; PTB - Velton Justus e pelo PDT - Algaci Túlio. A Mesa informa que os Srs. Parlamentares receberão as proposições para que possam, no prazo regimental, oferecer os seus pareceres a essas propostas de reforma à Constituição para que nós possamos publicar esses pareceres e irem à votação na forma que estabelece o Regimento para as

alterações da Constituição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 325/94

EM VOTAÇÃO

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 327/91, 272, 302, 345/94 e do Projeto de Resolução n° 001/94

EM VOTAÇÃO

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 407 e 538/93 do Projeto de Lei Complementar n° 707/93 e dos Projetos de Lei n°s. 760/93, 010, 099, 182, 209, 225, 243, 269, 271, 297, 337, 340, 344, 350, 356, 363, 373, 375, 376, 377/94 e dos Projetos de Resolução n°s. 015, 048, 049 e 050/94

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 148, 296 e 389/94

Levanta-se a sessão.